

Uma distração no recesso

No último dia de junho, quando o governo reuniu todo o Ministério para o anúncio oficial da implantação da nova moeda, o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, um dos convidados especiais da solenidade, dizia com muito orgulho na sala de reuniões do Palácio do Planalto que este seria o oitavo ano em que o Congresso não teria as suas tradicionais férias de julho.

Como ainda não tinha sido votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias, condição indispensável para o início do recesso parlamentar, as sessões seriam automaticamente prorrogadas, sem necessidade de convocação extra do Congresso.

Como há uma Copa do Mundo e uma campanha eleitoral no caminho, adotou-se a idéia de deixar funcionando por estes dias apenas as comissões legislativas. Só depois do dia 20, o Congresso faria um chamado esforço concentrado para votar o que for considerado mais importante.

Mas sequer a Comissão Especial instalada para discutir e emitir parecer sobre a medida provisória que criou o real está funcionando como se deveria esperar. Ela não questiona com profundidade os problemas surgidos nesta fase inicial do real. Apenas faz propaganda das ações do governo.

Nos últimos dois dias, praticamente toda a equipe econômica do governo desfilou por essa comissão. Estiveram lá, por exemplo, Pedro Malan, Gustavo Franco, Alcyr Calliari, Pêrsio Arida, Sérgio Amaral, Winston Fritsch, Murilo Portugal e Milton Dallari, entre outros.

Com exceção de um ou outro convidado, não se chamaram grandes nomes da sociedade que pudessem oferecer contribuição para aperfeiçoar o plano. Ou a comissão achou que não há restrições na sociedade ao plano ou ela própria assumiu antecipadamente posição favorável a tudo o que contém a medida provisória que o instituiu.

É possível até que nem uma coisa nem outra tenha importância. O importante, no caso, é apenas o rito de tramitação de uma medida provisória. Melhor seria dizer, em lugar de rito, encenação, pois a presença apenas dos executivos e não dos parlamentares do governo indica que o que se pretende é levar a medida provisória a uma reedição, e não à votação, no final de sua validade de 30 dias. Apenas meia-dúzia de gatos pingados participou das reuniões da comissão, até agora, provando que o Congresso está mesmo de férias neste mês.

De qualquer forma, as reuniões da comissão especial da medida provisória têm servido para distração do governo. Nelas, os integrantes da equipe econômica têm a chance de afinar a viola e até de antecipar os ajustes que a próxima medida provisória conterà. Num dia, Pêrsio Arida, presidente do BNDES, anuncia que o governo estuda a criação de uma nova Taxa Referencial (TR) para servir de parâmetro às taxas de juros nos financiamentos de longo prazo.

Em outro, o secretário do Tesouro, Murilo Portugal, informa que o governo pretende abrir uma janela nos avais da União, suspensos pela medida provisória do real. Os estados com as suas contas em dia, como Ceará, Paraná e Espírito Santo, reclamam que foram jogados na mesma vala comum dos estados inadimplentes.

São, em geral, mudanças de iniciativa da própria equipe econômica, e não nascidas de discussão ou de propostas do Congresso e da sociedade. O governo continua, portanto, com toda a iniciativa do jogo.

No começo da noite de ontem, o noticiário de uma emissora de televisão informou que a comissão especial voltará a se reunir apenas na próxima semana, porque os parlamentares precisam estudar as mudanças que pretendem fazer na medida provisória. Acredite se quiser.